



# **Plano Diretor Municipal de Cantagalo**

## **Volume I/II**

**Cantagalo  
2007**



## **Governo do Estado do Paraná**

ROBERTO REQUIÃO - Governador

## **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano**

LUIZ FORTE NETTO – Secretário

WILSON BLEY LIPSKI – Diretor Geral

## **Serviço Social Autônomo PARANACIDADE**

LUIZ FORTE NETTO – Superintendente

ANTONIO ALDEMIR TOLEDO DA SILVA – Diretor de Adm. e Finanças

MIRYAN KRAVCHYCHYN – Diretora de Operação

VIRGÍNIA THEREZA NALINI – Coordenadora de Projetos

KAREN BARRETO CAMPÊLO – Coordenadora de Operações

ALBARI ALVES DE MEDEIROS – Coordenador ER Maringá

EDGARD VIRMOND ARRUDA FILHO – Coordenador ER Ponta Grossa

GERALDO LUIZ FARIAS - Coordenador ER RMC e Litoral

HÉLIO SABINO DEITOS - Coordenador ER Cascavel

UBIRAJARA CEBULSKI - Coordenador ER Guarapuava

VALTER OGUIDO MORISHIGUE - Coordenador ER Londrina

## **Município de Cantagalo**

PEDRO CLARISMUNDO BORELLI - Prefeito

## **Supervisão**

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

Diretoria de Operações



## **Prefeitura Municipal de Cantagalo**

### **Prefeito Municipal**

PEDRO CLARISMUNDO BORELLI

### **Equipe Técnica Municipal**

IVONE APARECIDA CORRÊA - Coordenadora do PDM-C

SIRLEI TERESINHA PRATES OKONOSKI – Secretaria Municipal de Educação

SIRLEIDE FÁTIMA MAZURANA COLELA – Secretária Municipal de Saúde

ALCIONE PEREIRA DE MORAES – Secretário Municipal de Esportes

SÉRGIO AUGUSTO DE ONOFRE – Engenheiro Civil

JOSÉ ADIR PIMPÃO SELEME – Sec. Mun de Agric. Meio Ambiente, Ind.e Comércio

SILVANE JOURIS – Chefe Departamento de Tributação

VALMOR DE OLIVEIRA CARNEIRO – Chefe Departamento Indústria e Comércio

### **Comissão Municipal de Acompanhamento**

IVONE APARECIDA CORREA - Coordenadora do PDM-C

SUZANA AP. BORELLI

JOÃO VIESBOSKI

FÁTIMA NASCIMENTO

SIRLEIDE MAZZURA COLELA - Secretária Municipal de Saúde

SIRLEI T. PRATES OKONOSKI– Secretaria Municipal de Educação

RONALDO CASTILHO DE MORAES

ALCIONE PEREIRA DE MORAES– Secretário Municipal de Esportes

NILZA BERNARDI

VALMOR CARNEIRO DE OLIVEIRA– Chefe Departamento Indústria e Comércio

SANDRA MARA WALENDORFF

NIVALDO LIMA DE OLIVEIRA – Associação Com., Industrial e Agropecuária de Cantagalo

JULIO S. JUNIOR - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Cantagalo

MARCIANO ZANROSO – Representantes do Sindicatos dos trabalhadores Rurais

VITORINO CORADIM - Representantes do Sindicatos dos trabalhadores Rurais

PADRE JAIR P. DA SILVA – Representante da Igreja Católica

LUIZ SBARDELOTO - Representante da Igreja Católica

PASTOR EUCLIDES – Representante da Igreja Evangélica

ANDERSON VOLET DE MATTOS - Representante da Igreja Evangélica



CLEODONIR LIMA DOS SANTOS – Representante do Conselho Tutelar

GILMAR GIACOMINI - Representante do Conselho Tutelar

JOSCELIA PEDROSO – Representante da Associação de pais e amigos dos excepcionais

ANDRÉIA PEDROSO - Representante da Associação de pais e amigos dos excepcionais

LAURI DE OLIVEIRA – Representantes da Associação de Moradores da Vila Caçula

SOELI GONÇALVES - Representantes da Associação de Moradores da Vila Caçula

EDÍLSON DE SOUZA BRITO – Representante da Sanepar

CLEITON RAPHAEL ROSSOLEN – Representante da Associação de amigos de Cantagalo

### **RZS – Consultoria e Planejamento Ltda.**

ZULMA DAS GRAÇAS L. SCHUSSEL – Arquiteta/ Urbanista – Coordenadora Geral

RICARDO SCHUSSEL – Engenheiro civil

ANA LIZETE FARIAS - Geóloga

GERSON LUIZ FERREIRA – Engenheiro Cartógrafo

JUSSELMA RITA TOZIN MAIA - Advogada

ANA MARIA DE MACEDO RIBAS – Economista

CLAUDIA GONÇALVES ROMANO – Estagiária de Arquitetura

PAULO NASCIMENTO NETO – Estagiário de Arquitetura

MARIA CAROLINA CHERCHIGLIA - Estagiária de Arquitetura

### **Supervisão SEDU/ PARANACIDADE**

NÁGILA TEREZINHA FREIRIA – Analista de Desenvolvimento Municipal

ADRIANO ANDRADE - Analista de Desenvolvimento Municipal



## Apresentação

O presente documento refere-se ao **VOLUME I do PLANO DIRETOR DE CANTAGALO – PDM-CA**, elaborado pela Prefeitura Municipal e a empresa RZS – Consultoria e Planejamento Ltda., a partir do Contrato nº 114/2006. Teve como orientação o Termo de Referência integrante do contrato e foi supervisionado pelo Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU.

Cantagalo, agosto de 2007.



## Sumário

### VOLUME I/II

1.	O Plano Diretor e o Estatuto da Cidade	01
2.	O Processo de Participação da Sociedade	14
	2.1 Equipe Técnica Municipal de Acompanhamento da Elaboração do PDM – CA	16
	2.2 Comissão de Acompanhamento da Elaboração do PDM – CA	16
	2.3 Primeira Audiência Pública	17
	2.3.1 Resultados da Dinâmica de Grupo	19
	2.4 Pesquisa de Opinião Pública	21
3.	Análise Temática Integrada	41
	3.1 Localização	42
	3.2 Contexto Regional	43
	3.2.1 Aspectos Físicos	46
	3.2.1.1 Clima	46
	3.2.1.2 Geologia	51
	3.2.1.3 Relevo	53
	3.2.1.4 Solos	55
	3.2.1.5 Hidrografia e Potencial Hídrico	57
	3.2.2 Cobertura Vegetal	59
	3.2.3 Ações e Programas Governamentais	62
	3.2.3.1 Projeto Paraná Biodiversidade	62
	3.2.3.2 Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégico	64
	3.2.4 Sócio - economia	68
	3.2.4.1 Características Demográficas	68
	3.2.4.2 Características Econômicas	71
	3.2.4.3 Características Sociais	74
	3.2.4.4. Infra-estrutura Viária	76
	3.2.5 Síntese da Análise Regional	81
	3.3 Município de Cantagalo	85
	3.3.1 Aspectos Físicos e Ambientais	85
	3.3.2 População	89
	3.3.3 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	98
	3.3.4 Saúde	99
	3.3.4.1 Indicadores de Saúde da População	99
	3.3.5 Educação	106
	3.3.6 Assistência social	111



3.3.7	Justiça e Segurança	112
3.3.8	Mercado de Trabalho	113
3.3.9.	Agropecuária	115
3.3.10	Valor Adicionado	119
3.3.11	Finanças Municipais	121
3.4.	Aspectos Urbanísticos e de Infra-estrutura	125
3.4.1	Evolução da Ocupação	126
3.4.2	Ocupação Atual do Solo Municipal	127
3.4.3	Ocupação atual do Solo Urbano	127
3.4.3.1	Habitação	134
3.4.4	Sistema Viário	134
3.4.4.1	Rede Rodoviária Municipal	134
3.4.4.2	Rede Viária Urbana	135
3.4.4.3	Pavimentação	136
3.4.4.4	Circulação Viária	137
3.4.4.5	Terminal de Passageiros	143
3.4.5	Abastecimento de Água	143
3.4.6	Esgoto Sanitário	146
3.4.7	Energia Elétrica	147
3.4.8	Telecomunicações	148
3.4.9	Coleta de Lixo	148
3.5	Aspectos Institucionais	151
3.5.1	Legislação	152
3.5.2	Organização da Estrutura da Prefeitura	152
3.5.2.1	Aspectos Administrativos	152
3.5.2.2	Aspectos Legais	158
4.	Conclusões da Avaliação Temática Integrada	160
4.1	Síntese dos Condicionantes, Potencialidades e Deficiências	161
4.1.1	Condicionantes	165
4.1.2	Potencialidades	166
4.1.3	Deficiências	167
4.2	Direcionamento dos Vetores de Crescimento da Cidade	170
5.	Diretrizes e Proposições	171
5.1	Diretrizes para o estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento Urbano e Municipal	172
5.2	Diretrizes para a Implantação de uma Sistemática de Planejamento e Gestão	175
5.3	Diretrizes para a Dinamização e Ampliação das Atividades Econômicas do Município	177
6.	Macrozoneamento	178



6.1 Macrozoneamento	179
6.2. Zoneamento Urbano	181
7. Processo de Planejamento e Gestão Municipal	185
7.1 Adequação da Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal visando a Implementação do Plano Diretor Municipal e a Gestão do Desenvolvimento Municipal	186
7.1.1 Readequação da Secretaria de Administração e Planejamento	186
7.1.2 Criação do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão	189
7.1.3 Conselho municipal de Cantagalo	189
7.2 Organização do Sistema de Informações Municipais para o Planejamento e Gestão Municipal	190
7.3. Construção de Indicadores para o Sistema de Monitoramento do PDM- Cantagalo.	191
8. Síntese das Propostas	198
9. Referências	244
10. Anexos	246
ANEXO 1 - Modelo do Questionário Utilizado na Pesquisa de Opinião Pública	247
ANEXO 2 – Ata, Lista de Presenças e Fotos da 1ª Audiência Pública	251
ANEXO 3 – Ata Seminário Técnico	256
ANEXO 4 – Ata, Lista de Presenças e Fotos da 2ª Audiência Pública	259
ANEXO 5 – Propostas do Plano Diretor Municipal de Cantagalo e seus Respectivos Indicadores	264
ANEXO 6 – Mapas Volume I	274





## LISTA DE QUADROS

QUADRO Nº 2.3.1	Resultado da Dinâmica de Grupo Realizada No Dia 08/02/2007	19
QUADRO Nº 2.3.2	Resultado da Dinâmica de Grupo Realizada No Dia 08/02/2007	21
QUADRO Nº 2.4.1	Identificação dos Entrevistados: Sexo	23
QUADRO Nº 2.4.2	Identificação dos Entrevistados: Faixa Etária	24
QUADRO Nº 2.4.3	Identificação dos Entrevistados: Escolaridade	24
QUADRO Nº 2.4.4	Identificação dos Entrevistados: Local De Residência	25
QUADRO Nº 2.4.5	Identificação dos Entrevistados: Trabalho	26
QUADRO Nº 2.4.6	Selecione na Lista abaixo os cinco problemas que você Considera mais graves na Área Urbana de Seu Município.	27
QUADRO Nº 2.4.7	Selecione na Lista abaixo os cinco problemas que você Considera mais graves na Área Rural de Seu Município.	28
QUADRO Nº 2.4.8	Qual o bairro de sua cidade que você considera com Piores Condições (Áreas mais Carentes de Serviços de Infra-Estrutura Urbana)?	29
QUADRO Nº 2.4.9	Qual o Bairro de sua cidade que você considera com mais Infra- Estrutura e Equipamentos?	30
QUADRO Nº 2.4.10	Quais os Cruzamentos de ruas da sua cidade que você considera mais perigosos?	32
QUADRO Nº 2.4.11	Quais as Áreas de Encontro e Lazer que você gostaria que existissem em seu município?	33
QUADRO Nº 2.4.12	O que você mais gosta em Cantagalo?	34
QUADRO Nº 2.4.13	Você acha que é fácil arrumar trabalho em Cantagalo?	35
QUADRO Nº 2.4.14	Onde é mais fácil?	35
QUADRO Nº 2.4.15	Como você vê o Meio-Ambiente em seu Município?	36
QUADRO Nº 2.4.16	Cite as Três Ações que você considera mais importantes para melhorar a Qualidade de Vida de Cantagalo.	37
QUADRO Nº 2.4.17	Cite as Três Ações que você considera mais importantes para melhorar a oferta de Empregos em Cantagalo	38
QUADRO Nº 2.4.18	As Principais Potencialidades de Cantagalo	39
QUADRO Nº 2.4.19	As Principais Deficiências de Cantagalo	40
QUADRO Nº 3.2.1	Classes de Declividades com Indicações Gerais da Adequabilidade e Restrições para o Planejamento.	54



QUADRO Nº 3.2.2	Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%) segundo Mesorregião Centro-Sul e Paraná – 1970, 1980, 1991 e 2000.	68
QUADRO Nº 3.2.3	Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%) segundo Mesorregião Centro-Sul e Paraná – 1970, 1980, 1991 e 2000.	70
QUADRO Nº 3.2.4	Distribuição dos Municípios e da População segundo Classes de Tamanho da População, na Mesorregião Centro-Sul – Paraná – 2000.	70
QUADRO Nº 3.2.5	Participação da Mesorregião Centro-Sul no Valor Adicionado Fiscal do Estado, segundo os Setores Econômicos – 2000 e Produto Interno Bruto (PIB) per capita – 1999 - Paraná.	72
QUADRO Nº 3.2.6	Receitas Médias e Receita per capita segundo as principais origens dos Recursos e o tamanho de Municípios da Mesorregião Centro-Sul – Paraná – 2002	74
QUADRO Nº 3.2.7	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), seus Componentes e Taxa de Pobreza segundo a situação comparativa, Mesorregião Centro-Sul, Paraná - 2000.	75
QUADRO Nº 3.2.8	Municípios onde passa a ferrovia Ferroeste	78
QUADRO Nº 3.3.1	População Residente, por lugar de nascimento e sexo – 2000	90
QUADRO Nº 3.3.2	População segundo zona – 2000	90
QUADRO Nº 3.3.3	População Residente, por Deslocamento para Trabalho ou Estudo, segundo os Grupos de Idade – 2000	91
QUADRO Nº 3.3.4	População Censitária Segundo Grupos Etários – 2000	91
QUADRO Nº 3.3.5	Projeção da População por Sexo	92
QUADRO Nº 3.3.6	Densidade dos Domicílios por Setor Censitário – 2000	94
QUADRO Nº 3.3.7	Alfabetização da População	95
QUADRO Nº 3.3.8	Rendimento Mensal dos Responsáveis por Domicílios – 2000	96
QUADRO Nº 3.3.9	Espécie de Domicílios – 2000	98
QUADRO Nº 3.3.10	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) - 2000	99
QUADRO Nº 3.3.11	Número de Leitos	100
QUADRO Nº 3.3.12	Número de Internações e Média de Permanência - 2005	100
QUADRO Nº 3.3.13	Rede Ambulatorial – Julho/2003	100
QUADRO Nº 3.3.14	Unidades de Saúde – Julho/2003	101
QUADRO Nº 3.3.15	Consultórios Médicos e Equipamentos Odontológicos – Julho/2003	101



QUADRO Nº 3.3.16	Índice de Vacinas	101
QUADRO Nº 3.3.17	Despesas com Saúde	102
QUADRO Nº 3.3.18	Indicadores De Atenção Básica Da Saúde	103
QUADRO Nº 3.3.19	Consultas Pré-Natal – 2004	104
QUADRO Nº 3.3.20	Óbitos por Faixa Etária Segundo Capítulo Cid-10 – 2004	105
QUADRO Nº 3.3.21	Equipe de Saúde Municipal	106
QUADRO Nº 3.3.22	Endereço das Escolas do Município de Cantagalo	107
QUADRO Nº 3.3.23	Número de Escolas por Ensino Ofertado	108
QUADRO Nº 3.3.24	Matrículas na Educação Básica – 2004	108
QUADRO Nº 3.3.25	Alunos matriculados no Ensino Fundamental por série	108
QUADRO Nº 3.3.26	Alunos matriculados no Ensino Médio por série	109
QUADRO Nº 3.3.27	Corpo Docente por Zona	109
QUADRO Nº 3.3.28	Situação da Educação segundo Estabelec, Alunos Matriculados, Dependências Adm. E nº de Sala de Aulas	110
QUADRO Nº 3.3.29	Situação da Educação Segundo Estabelecimentos, Área Construída, Taxa de Aprovação, Reprovação e Abandono	111
QUADRO Nº 3.3.30	População em Idade Economicamente Ativa, Ocupada, Taxas de Atividade e Desemprego – 2000.	113
QUADRO Nº 3.3.31	População Ocupada Segundo as Atividades Econômicas	114
QUADRO Nº 3.3.32	Estabelecimentos e Empregos Segundo as Atividades Econômicas - 2004	115
QUADRO Nº 3.3.33	Área dos Estabelecimentos por Condição Legal das Terras	116
QUADRO Nº 3.3.34	Estabelecimentos por Grupo da Atividade Econômica - 1996	117
QUADRO Nº 3.3.35	Produção Agrícola Municipal - 2005	117
QUADRO Nº 3.3.36	Produção Agrícola Municipal - 2005	118
QUADRO Nº 3.3.37	Efetivo de Pecuária e Aves – 2004	119
QUADRO Nº 3.3.38	Produção de Origem Animal – 2004	119
QUADRO Nº 3.3.39	Valor Adicionado segundo Ramos de Atividade - 2004	120
QUADRO Nº 3.3.40	Atividades Econômicas desenvolvidas na Sede Municipal	120
QUADRO Nº 3.3.41	Receita Municipal por categoria – 2004	121
QUADRO Nº 3.3.42	Transferências Correntes Municipais, Por Origem – 2004	122



QUADRO Nº 3.3.43	Deduções da Receita Corrente – 2004	122
QUADRO Nº 3.3.44	Fundo de Participação dos Municípios – 2005	122
QUADRO Nº 3.3.45	Despesas Municipais por Categoria – 2004	122
QUADRO Nº 3.3.46	Despesas Correntes por Categoria – 2004	123
QUADRO Nº 3.3.47	Despesas Correntes por Categoria – 2004	123
QUADRO Nº 3.3.48	Despesas Municipais por Função	123
QUADRO Nº 3.4.3.1	Relação de Bairros na Sede Municipal - Cantagalo	128
QUADRO Nº 3.4.3.2	Loteamento aprovados por Ano - Cantagalo	129
QUADRO Nº 3.4.4.1	Composição da Frota	138
QUADRO Nº 3.4.4.2	Síntese da Hierarquia Viária	139
QUADRO Nº 3.4.5.1	Número de Ligações Economias Atendidas por Rede de Abastecimento de Água Por Tipo – 2007	144
QUADRO Nº 3.4.5.2	Domicílios Particulares Permanentes Segundo a Forma de Abastecimento de Água – 2000	145
QUADRO Nº 3.4.6.1	Domicílios Particulares Permanentes Segundo a Forma de Esgotamento Sanitário – 2000	146
QUADRO Nº 3.4.6.2	Número de Economias Atendidas por Rede de Esgoto por Tipo – 2005	147
QUADRO Nº 3.4.7.1	Consumo e Número de Consumidores de Energia Elétrica - 2005	147
QUADRO Nº 3.4.9.1	Destino do Lixo – 2000	149
QUADRO Nº 4.1.1	Síntese das Condicionantes, Potencialidades e Deficiências	164
QUADRO Nº 8.1	Síntese das Propostas do PDM – Cantagalo	200
QUADRO Nº 8.2	Capacidade de Investimento Municipal – 2001/2006	235
QUADRO Nº 8.3	Capacidade de Investimento Municipal – 2007/2011	237
QUADRO Nº 8.4	Identificação dos Projetos do PDM- Cantagalo no PPA	239
QUADRO Nº 8.5	Compatibilização dos Projetos PPA/PDM-Cantagalo	242



## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO Nº 2.4.1	Identificação dos Entrevistados: Sexo	23
GRÁFICO Nº 2.4.2	Identificação dos Entrevistados: Faixa Etária	24
GRÁFICO Nº 2.4.3	Identificação dos Entrevistados: Escolaridade	25
GRÁFICO Nº 2.4.4	Identificação dos Entrevistados: Local De Residência	25
GRÁFICO Nº 2.4.5	Identificação dos Entrevistados: Trabalho	26
GRÁFICO Nº 2.4.6	Selecione na Lista abaixo os cinco problemas que você Considera mais graves na Área Urbana de Seu Município.	28
GRÁFICO Nº 2.4.7	Selecione na Lista abaixo os cinco problemas que você Considera mais graves na Área Rural de Seu Município.	29
GRÁFICO Nº 2.4.8	Qual o bairro de sua cidade que você considera com Piores Condições (Áreas mais Carentes de Serviços de Infra-Estrutura Urbana)?	30
GRÁFICO Nº 2.4.9	Qual o Bairro de sua cidade que você considera com mais Infra-Estrutura e Equipamentos?	31
GRÁFICO Nº 2.4.10	Quais os Cruzamentos de ruas da sua cidade que você considera mais perigosos?	32
GRÁFICO Nº 2.4.11	Quais as Áreas de Encontro e Lazer que você gostaria que existissem em seu município?	33
GRÁFICO Nº 2.4.12	O que você mais gosta em Cantagalo?	34
GRÁFICO Nº 2.4.13	Você acha que é fácil arrumar trabalho em Cantagalo?	35
GRÁFICO Nº 2.4.14	Onde é mais fácil?	36
GRÁFICO Nº 2.4.15	Como você vê o Meio-Ambiente em seu Município?	36
GRÁFICO Nº 2.4.16	Cite as Três Ações que você considera mais importantes para melhorar a Qualidade de Vida de Cantagalo.	37
GRÁFICO Nº 2.4.17	Cite as Três Ações que você considera mais importantes para melhorar a oferta de Empregos em Cantagalo	38
GRÁFICO Nº 2.4.18	As Principais Potencialidades de Cantagalo	39
GRÁFICO Nº 2.4.19	As Principais Deficiências de Cantagalo	40
GRÁFICO Nº 3.2.1	Taxas Médias Geométricas de Crescimento Anual da População – Paraná e Mesorregião Centro-Sul – 1970-2000	69
GRÁFICO Nº 3.3.1	População segundo Zona	90
GRÁFICO Nº 3.3.2	Pirâmide Etária	92
GRÁFICO Nº 3.3.3	Projeção da População por Sexo	93
GRÁFICO Nº 3.3.4	Renda dos Responsáveis pelo Domicílio em Salários Mínimos	97
GRÁFICO Nº 3.3.5	Despesas municipais por função - 2004	124



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA Nº 2.3.1	Seminário de Capacitação Técnica	18
FIGURA Nº 2.3.2	Apresentação a População Local	18
FIGURA Nº 2.3.3	Dinâmica em Grupo	19
FIGURA Nº 3.1.1	Mesorregião Geográfica: Divisão Política Administrativa	42
FIGURA Nº 3.2.1	Divisão do Estado por Associações de Municípios	44
FIGURA Nº 3.2.2	Divisão do Estado por Regiões Administrativas	45
FIGURA Nº 3.2.3	Divisão do Estado por Microregiões	46
FIGURA Nº 3.2.4	Localização das Áreas Climáticas	47
FIGURA Nº 3.2.5	Localização das Áreas de Precipitação	50
FIGURA Nº 3.2.6	Mapa de Geologia da Mesorregião Centro - Sul	52
FIGURA Nº 3.2.7	Mapa de Vulnerabilidade das Rochas	53
FIGURA Nº 3.2.8	Classes de Declividades na Mesorregião	55
FIGURA Nº 3.2.9	Mapa de Uso Potencial do Solo	56
FIGURA Nº 3.2.10	Mapa de Hidrografia	58
FIGURA Nº 3.2.11	Mapa de Cobertura Vegetal	60
FIGURA Nº 3.2.12	Mapa das Unidades de Conservação Existentes na Região e de Terras Indígenas	61
FIGURA Nº 3.2.13	Área de Abrangência do Programa Paranabiodiversidade	63
FIGURA Nº 3.2.14	Linhas de Atuação Estratégica do PRDE	67
FIGURA Nº 3.2.15	Rede de Cidades	71
FIGURA Nº 3.2.16	Infra-estrutura viária, Portos e Aeroportos	79
FIGURA Nº 3.2.17	Rede Rodoviária	80
FIGURA Nº 3.3.1	Direção Predominante dos Ventos no Estado do Paraná	85
FIGURA Nº 3.4.1	Conjuntos Habitacionais Vila Verde, Vila Nova e Realejo	131
FIGURA Nº 3.4.2	Vila Planalto: Igreja Matriz, Praça da Prefeitura	131
FIGURA Nº 3.4.3	Ocupações Irregulares: Vila Chemim, R. Presidente Vargas	132
FIGURA Nº 3.4.4	Vista Geral da Sede Urbana	132
FIGURA Nº 3.4.5	Vazios Urbanos da Sede Urbana	133



FIGURA Nº 3.4.6	Rede Viária Municipal	134
FIGURA Nº 3.4.7	Integração Viária entre a Vila Bonsucesso e a Vila Dariana	135
FIGURA Nº 3.4.8	Aspectos do Sistema Viário	136
FIGURA Nº 3.4.9	Aspectos da Pavimentação	137
FIGURA Nº 3.4.10	Aspectos da Circulação Viária	139
FIGURA Nº 3.4.11	Calçadas	140
FIGURA Nº 3.4.12	Ilustrações para o dimensionamento de calçadas	141
FIGURA Nº 3.4.13	Terminal Rodoviário	143
FIGURA Nº 3.4.14	Aterro Sanitário	150
FIGURA Nº 3.5.1	Organograma Geral do município de Cantagalo	153

## **VOLUME II/II**

Considerações gerais	1
Minuta do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor do Município de Cantagalo	3
Minuta do Anteprojeto de Lei do Uso e Ocupação do Solo das Áreas Urbana e Rural do Município de Cantagalo	36
Minuta do Anteprojeto de Lei do Parcelamento do Solo Municipal	64
Minuta do Anteprojeto de Lei do Código de Posturas Municipal	79
Minuta do Anteprojeto de Lei do Código de Obras Municipal	117
Minuta do Anteprojeto de Lei do Sistema Viário do Município de Cantagalo	157
Minuta do Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano	170



## LISTA DE MAPAS

MAPA 1	Relevo Municipal
MAPA 2	Hipsometria Municipal
MAPA 3	Declividade Municipal
MAPA 4	Potencialidade do Solo Municipal
MAPA 5	Bacias Hidrográficas do Município
MAPA 6	Vegetação Municipal
MAPA 7	Uso do Solo Municipal
MAPA 8	Relevo da Área Urbana
MAPA 9	Hipsometria da Área Urbana
MAPA 10	Declividade da Área Urbana
MAPA 11	Bacias Hidrográficas da Área Urbana
MAPA 12	Síntese do Meio Natural Municipal
MAPA 13	Instituições de Saúde da Sede Municipal
MAPA 14	Instituições de Ensino da Sede Municipal
MAPA 15	Equipamentos Urbanos da Sede Municipal
MAPA 16	Atividades Econômicas da Área Urbana
MAPA 17	Uso do Solo Atual da Área Urbana
MAPA 18	Bairros da Sede Municipal
MAPA 19	Evolução da Ocupação Urbana
MAPA 20	Densidade Demográfica da Área Urbana por Setores Censitários
MAPA 21	Sistema Viário Municipal Atual
MAPA 22	Sistema Viário Urbano Atual
MAPA 23	Macrozoneamento Municipal
MAPA 24	Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo na Área Urbana
MAPA 25	Sistema Viário Básico da Área Urbana





# **1. O Plano Diretor e o Estatuto da Cidade**



O Município de Cantagalo dispõe de legislação de uso e ocupação do solo institucionalizada a partir de 1995. Nesse intervalo de tempo algumas mudanças importantes ocorreram e, entre elas, a aprovação pelo Congresso Nacional da lei que regula a política urbana nacional, o Estatuto da Cidade.

Mais recentemente, o Governo do Estado do Paraná encaminhou à Assembléia Projeto de Lei aprovado no dia 25 de julho de 2006, que obriga os municípios a possuírem Planos Diretores Municipais para pleitearem recursos junto ao Governo do Estado. O documento aqui apresentado encontra-se em consonância com os princípios do Estatuto da Cidade que certamente constitui um dos mais relevantes instrumentos de mudança social intencional à disposição da sociedade moderna.

É a primeira lei federal destinada especificamente à regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, fixando diretrizes, princípios, regras e instrumentos jurídicos de política urbana destinados ao desenvolvimento sustentável das cidades, como pressuposto essencial de uma convivência social, saudável e democrática.

Assim, a política urbana tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, formulando uma nova ética urbana voltada à valorização do ambiente, da cultura, cidadania e dos direitos humanos, necessária às demais políticas setoriais (educação, saúde, segurança, habitação, lazer, circulação,...).

Conforme dispõe o artigo 2º do Estatuto, a política urbana deverá seguir as diretrizes ali elencadas, quais sejam:

- Cidades sustentáveis e responsabilidade intergeracional;
- Gestão democrática (participação popular);
- Cooperação entre governos e sociedade;
- Planejamento de desenvolvimento;
- Oferta de equipamentos urbanos;
- Ordenação e controle do uso do solo;
- Integração entre campo e cidade;
- Consumo responsável e consciente de bens e serviços;



- Justa distribuição de benefícios e ônus (igualdade);
- Coordenação dos vários instrumentos políticos;
- Recuperação de investimentos (afetação da mais-valia ao custo da urbanização);
- Responsabilidade ambiental (meio ambiente natural, construído, humano, cultural...);
- Regularização fundiária;
- Simplificação da legislação urbanística (uso e ocupação do solo);
- Igualdade de condições para agentes públicos privados na consecução dos objetivos da política urbana.

Ainda, para seguir as diretrizes acima elencadas, se faz necessário atender aos princípios do desenvolvimento sustentável, da função social da cidade, da preservação do meio ambiente, da igualdade, legalidade, moralidade, interesse público, impessoalidade, dentre outros.

Portanto, para a consecução dos objetivos do Estatuto da Cidade e para a implementação da política urbana se faz necessário o uso de instrumentos como o Plano Diretor municipal, que é a 'materialização dos caminhos pretendidos pela sociedade para o desenvolvimento da cidade'. (Priscila Ferreira Blanc em 'Plano Diretor Urbano', p. 107).

O Plano Diretor, portanto, 'é um instrumento legal que visa propiciar o desenvolvimento urbano do município, fixando diretrizes e objetivos, programas e projetos para tanto, em um horizonte de tempo determinado'. (Toshio Mukai em 'Estatuto da Cidade', p. 33)

Assim, conclui-se que o Plano Diretor estabelece as linhas do desenvolvimento social, econômico, territorial e administrativo do Município, uma vez que administra o desenvolvimento do espaço das cidades.

Ainda, é o principal e eficaz instrumento para a implantação e manutenção da qualidade de vida da cidade e de sua política local de desenvolvimento, objetivando principalmente:



- Ampliação dos benefícios sociais;
- Redução de desigualdades;
- Garantia de oferta de serviços;
- Garantia de equipamentos urbanos;
- Redução de custos operacionais;
- Garantir a função social da propriedade (atendendo simultaneamente as funções econômicas, sociais e ambientais).

Portanto, tendo em vista que os principais problemas urbanos são a provisão de bens coletivos, serviços públicos, infra-estrutura, regulação da construção civil e das edificações, somados à questão da função social da propriedade urbana, assim se devem atender as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor.

Em suma, o plano deve abranger os aspectos administrativos, sociais, econômicos, urbanísticos e ambientais, contudo, as disposições e diretrizes devem ser gerais e amplas, criando várias alternativas, a fim de atender da melhor forma o bem comum; ou em função do texto Constitucional que estabelece que a propriedade urbana deve cumprir a sua função social, atendendo as normas do Plano Diretor (art. 182, §2º), ratificando novamente este princípio que outrora já foi disposto em outros ordenamentos.

Atualmente, o Plano Diretor, consoante com a Constituição Federal, tem a capacidade de tornar real e efetivo o conceito da função social da propriedade (art. 170, III e art. 5º, XXIII), para tanto, o Plano Diretor deve obedecer a duas normas federais, a Carta Magna (*caput*, do art. 182) e a Lei 10.257/2001.

O Plano Diretor tem a **função** de sistematizar o desenvolvimento físico, econômico e social do território, e é um instrumento para a definição de uma estratégia para a intervenção imediata com objetivos gerais e específicos.

O objetivo geral é a ordenação dos espaços habitáveis do Município com o intuito de obter a melhoria da qualidade de vida da comunidade local. Os específicos são, por exemplo, a reurbanização de um bairro, a construção de vias expressas, construção



de casas populares ou redes de esgoto, o saneamento de determinada área, a urbanização das margens de um rio ou lago, o zoneamento, o arruamento, dentre outros.

Assim, para atingir esses objetivos, o legislador criou **instrumentos** à disposição do Poder Público para executar a política urbana, explicitada no artigo 4º e nos seguintes do Estatuto das Cidades, com objetivos, requisitos e interesse público próprios.

O **parcelamento, edificação ou utilização compulsórios**, previstos no artigo 5º e 6º do Estatuto, visam corrigir o desequilíbrio oriundo do Estado Liberal, de tal sorte a aprimorar o aproveitamento e destinação do solo. Para tanto, deverá cumprir os seguintes requisitos:

- Lei municipal específica incluída no Plano Diretor;
- Eleição de uma área definida no Plano Diretor;
- Solo urbano não utilizado ou subutilizado (não atendimento ao potencial mínimo de aproveitamento);
- Ato administrativo de notificação com averbação no Registro de Imóveis;
- Lapso temporal para cumprimento das exigências.

Com isso, combate-se a especulação imobiliária, redução do aumento do perímetro urbano além de promover a racional e adequada distribuição das aglomerações urbanas.

Para tanto, é possível valer-se do **consórcio imobiliário**, mecanismo previsto no artigo 46 do Estatuto, que vem a ser um ajuste entre o proprietário, cujo domínio do terreno é transferido ao Município, que viabiliza o aproveitamento.

Nesse caso, o proprietário transfere o imóvel para o Município e, após ser feito o loteamento ou edificação, recebe lotes ou edificações em quantidade equivalente ao valor do imóvel antes da urbanização.

O **IPTU progressivo no tempo**, previsto no artigo 7º é a primeira consequência pelo descumprimento da notificação da(s) exigência(s) acima mencionada(s).



Assim, de acordo com o art. 7º do Estatuto, com o descumprimento das obrigações impostas pela notificação ao particular no prazo e nas condições determinadas pelo Poder Público, abre-se espaço para que se utilize o segundo mecanismo constitucional fixado para o adequado aproveitamento do imóvel urbano: a progressividade do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, sendo vedado à concessão de anistia ou isenção relativa a esse tipo de tributação.

Os pressupostos para o estabelecimento da progressividade desse imposto são:

- Inadimplemento das condições e prazos do artigo 5º acima;
- Lei municipal específica para a área incluída no Plano Diretor;
- Notificação do particular com a devida averbação no R.I.;
- Descumprimento das obrigações pelo particular após o prazo estipulado;
- Alíquota máxima de 15.

Assim, o que se pretende é fomentar a utilização econômica da propriedade.

Quanto à **desapropriação com pagamento em títulos**, prevista no artigo 8º da referida lei, ocorre quando, após cinco anos de cobrança do IPTU progressivo, o proprietário não tiver dado cumprimento às exigências urbanísticas impostas pelo plano. Concerne à aplicação do instituto do parcelamento, edificação ou utilização compulsória prevista nos artigos 5º e 6º da Lei, na referência ao procedimento composto por três institutos, no qual a desapropriação é a última etapa.

A grande diferença entre essa desapropriação e a desapropriação para fins de reforma agrária reside no fato de a indenização não ser prévia e em dinheiro, mas sim em títulos da dívida pública resgatáveis em dez anos. Trata-se, aqui, de uma desapropriação-sanção com pagamento em títulos da dívida pública que fornece uma nova modalidade de aquisição de bens pelo Município.

Seus requisitos são:

- Decurso do prazo de cinco anos de cobrança de IPTU progressivo;
- Inadimplemento da obrigação imposta ao proprietário;



- Pagamento com títulos da dívida pública resgatáveis em até dez anos, que não poderão ser compensados para pagamento de outros tributos (para manter o cunho sancionatório);
- Valor real de indenização com base no valor base do IPTU, descontado o montante incorporado em razão das obras do poder público;
- Aproveitamento adequado pelo Município (art. 8º, §4º).

Esse mecanismo (composto por três fases: notificação, IPTU progressivo e desapropriação) busca aprimorar o equilíbrio entre os investimentos do poder público e a destinação da propriedade, de tal sorte a compelir o proprietário a fazer o bom uso da área em questão (função social da propriedade).

A **usucapião especial de imóvel urbano**, disposta nos artigos 9º e seguintes, vem a ser uma maneira de aplicarem-se os princípios do direito à moradia, englobados no direito à cidade sustentável, através da legitimação da situação do posseiro e concessão do domínio, resolvendo assim, o grave problema urbano da moradia.

A Usucapião prevista no Estatuto da Cidade pode ser individual ou coletiva.

No primeiro, compõe-se da pessoa que pratica o ato de possuir como sua área de até duzentos e cinquenta metros quadrados, sem interrupção ou oposição, durante cinco anos, com a finalidade de moradia própria ou de sua família, desde que não possua outro imóvel e não tenha obtido esse direito anteriormente.

Faz-se necessário, portanto, preencher os seguintes requisitos:

- Posse sem interrupção ou oposição por mais de cinco anos;
- Área de até duzentos e cinquenta metros quadrados;
- Finalidade de moradia própria (exclui-se a destinação comercial ou para locação);
- Não possuir outro imóvel;
- E não ter obtido esse direito anteriormente.

Quanto à usucapião especial urbana coletiva, para a obtenção do domínio da propriedade, é preciso cumprir as seguintes exigências:



- Ocupação por população de baixa renda;
- Área maior que duzentos e cinqüenta metros quadrados;
- Impossibilidade de identificar os terrenos ocupados;
- Finalidade de moradia própria (exclui-se a destinação comercial ou para locação).

Quanto à legitimação à ação de usucapião, são legítimos o possuidor isolado ou em litisconsórcio, os possuidores em estado de composesse e as associações de moradores regularmente constituídas, sendo obrigatória a intervenção do Ministério Público (artigo 127 da Constituição Federal).

Com relação ao **direito de preempção**, estatuído nos artigos 25, 26 e 27, vem a ser o direito de preferência do Poder Público Municipal em adquirir imóveis de transações particulares, sempre que estes forem necessários ao cumprimento das finalidades públicas, de forma menos onerosa ao erário do que a desapropriação.

Para que a Administração Pública exerça esse direito, é preciso preencher alguns requisitos, quais sejam:

- Lei municipal;
- Obediência ao Plano Diretor;
- Delimitação da área onde incidirá esse direito;
- Prazo de vigência não superior a cinco anos, renovável após um ano. (Não pode ter duração infinita).

No que diz respeito ao procedimento, o artigo 27 dispõe sobre o assunto, ou seja, é necessário:

- Notificação da intenção da venda pelo proprietário, com a proposta de compra assinada por terceiro, constando o preço, condições de pagamento e prazo de validade;
- Manifestação do município em trinta dias, em caso de interesse em adquiri-lo;





- Publicação pelo município de edital de aviso da notificação e sua intenção pela aquisição;
- Apresentação pelo proprietário da cópia da escritura pública de venda e compra, em trinta dias;
- Pena de nulidade em caso de inobservância das condições inicialmente propostas.

Com isso, pretende o legislador fazer valer, exemplificadamente, os seguintes interesses públicos:

- Regularização fundiária;
- Execução de programas e projetos habitacionais;
- Constituição de reserva fundiária;
- Ordenamento e direcionamento da expansão urbana;
- Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- Criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- Criação de unidades de conservação de áreas de interesse ambiental;
- Proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Por fim, importante salientar que esse direito não permite a sua aplicação com finalidade diversa da lei nem qualquer desvio do interesse público e do bem comum.

Os artigos 21 e seguintes do Estatuto, dispõem sobre o **direito de superfície**, que vem a ser um direito real autônomo com o fim de evitar a subutilização de imóvel urbano, valorizando o interesse do particular e realizando o interesse público.

Vem a ser a concessão que o proprietário faz a outrem da superfície de seu terreno (solo, subsolo ou espaço aéreo) por meio de escritura pública devidamente registrada, gratuita ou onerosa, por prazo estipulado ou não.

A escritura pública deverá conter os seguintes elementos:

- Identificação das partes;
- Identificação do objeto;





- Identificação do conteúdo do direito em si (plantar, construir, etc.);
- Estabelecimento do destino do bem superficiário;
- Previsão dos direitos e obrigações das partes (pagamento do *solarium*, quando onerosa, p.e.);
- Causas de resolução: término do contrato ou por inadimplemento;
- Prazo, quando por tempo determinado.

Assim, viabiliza-se a quem não é proprietário a utilização do solo, recebendo em seu favor o resultado concreto do patrimônio do concessionário, o qual poderá ser ainda compartilhado com o proprietário.

Ainda, favorece a construção de equipamentos, edifícios, habitações, quando o proprietário não disponha dos recursos necessários.

Outro instrumento previsto no Estatuto é a **outorga onerosa do direito de construir**, consubstanciado nos artigos 28 e seguintes da lei.

Essa outorga onerosa do direito de construir remete ao instituto do solo criado e ao direito de construir. O solo criado é a possibilidade de construir acima dos parâmetros legais estabelecidos pelo Poder Público. Pelo estabelecimento do coeficiente de aproveitamento, o Poder Público poderá indicar, no Plano Diretor, quais áreas urbanas poderão ter edificações acima desse limite estabelecido.

O Plano Diretor, mediante contrapartida, poderá fixar áreas em que o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente básico adotado. Para tanto, deverá:

- Estar previsto no Plano Diretor;
- Direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento;
- Alteração do uso do solo;
- Contrapartida (em espécie ou da ação em pagamento).

Quanto às **operações urbanas consorciadas**, previstas nos artigos 32 e seguintes do Estatuto das Cidades, vêm corporificar princípio da cooperação entre os entes públicos (governos), iniciativa privada e demais setores no processo de urbanização.



Seus pressupostos são os seguintes:

- Lei municipal específica, que deverá conter: definição de área, programa básico de ocupação e de atendimento econômico e social, finalidade, estudo prévio de impacto de vizinhança, retribuição dos proprietários e a forma de controle.
- A destinação dos recursos deverão ser aplicados na própria operação.

Pode haver vários tipos de operações consorciadas com diferentes objetivos. (alteração de índices e características do uso e ocupação do solo, regularização de áreas construídas), com o objetivo do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes.

Trata-se de mais um instrumento de desoneração do Poder Público.

A **transferência do direito de construir**, previsto no artigo 35 do Estatuto, refere-se à possibilidade de o proprietário transferir para outro imóvel, seu o de terceiro, o potencial de edificabilidade nele existente.

Com isso, se o imóvel for considerado necessário para implantar equipamentos urbanos e comunitários, preservar interesse ambiental, paisagístico, social ou cultural, ou ainda servir a programa de regularização fundiária ou urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, admite-se que o Poder Público autorize a transferência, desde que:

- Exista lei municipal baseada no Plano Diretor;
- O imóvel seja considerado relevante;
- Sejam estabelecidas minuciosamente as condições por meio de lei municipal.

Com isso pretende-se corrigir as distorções urbanísticas, preservação da memória urbana e a implantação de equipamentos urbanos comunitários.

Por fim, o **estudo de impacto de vizinhança, EIV**, que consiste no estudo prévio para a concessão de alvarás para a instalação de atividades comerciais (ou empreendimentos definidos em lei que possam causar impacto na qualidade de vida da população) ao lado do estudo de impacto ambiental (EIA) possibilitam a atitude preventiva na ordenação urbana.



Esse instrumento, previsto nos artigos 36, 37 e 38 do Estatuto da Cidade, promove a aplicação concreta do princípio da sustentabilidade das cidades e da prevenção, e seu objetivo é proteger a estrutura social já existente de tal sorte a afastar os efeitos negativos sobre a qualidade de vida das pessoas.

Para a implementação do EIV se faz necessário os seguintes pressupostos:

- Lei municipal que defina quais os empreendimentos e atividades potencialmente danosas ao desenvolvimento sustentável da cidade;
- Seu conteúdo deverá conter o adensamento populacional, equipamentos urbanos e comunitários, o uso e ocupação do solo, a valorização imobiliária, o tráfego e circulação, ventilação e iluminação e a paisagem urbana.

Com isso, objetiva-se contemplar os efeitos negativos e positivos que incidirão na qualidade da vida da população de tal sorte a atingir o objetivo da lei, qual seja o ordenamento racional, equilibrado e responsável do território, cumprindo a função social da propriedade e da cidade.

O Plano Diretor pode ser definido como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano. O Plano Diretor parte de uma leitura da cidade real, envolvendo temas e questões relativos aos aspectos urbanos, sociais, econômicos e ambientais, que embasa a formulação de hipóteses realistas sobre as opções de desenvolvimento e modelos de territorialização.

O objetivo do Plano Diretor não é resolver todos os problemas da cidade, mas atuar como um instrumento para a definição de uma estratégia para a intervenção imediata, estabelecendo poucos e claros princípios de ação para o conjunto dos agentes envolvidos na construção da cidade, servindo de base para a gestão pactuada da cidade.<sup>1</sup>

O Plano Diretor deverá englobar todo o território do município e é obrigatório para cidades onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no §4º do art 182 da Constituição Federal.

---

<sup>1</sup> Texto extraído do documento *Estatuto da Cidade – Guia para Implementação pelos Municípios e Cidadãos*.



Uma inovação importante contida na legislação é a obrigatoriedade da participação popular no processo de elaboração dos Planos Diretores, garantindo que os diversos segmentos sociais participem nas atividades de planejar e gerir as políticas urbanas e territoriais. Nesse sentido o PDM-C é uma oportunidade para estabelecer um processo permanente de planejamento, avaliando ações e corrigindo rumos.



## **2. O Processo de Participação da Sociedade - Leitura Participativa**



A participação da sociedade no processo de elaboração do plano implica na difusão das informações sobre o seu conteúdo e andamento. Para isso é importante a definição da política de comunicação do **PDM- CA** de forma a:

- Criar uma consciência coletiva sobre a necessidade de participar e apoiar o plano;
- Explicar de forma clara o propósito do processo de planejamento e seus conceitos mais significativos;
- Difundir os conteúdos e resultados do processo de planejamento;
- Envolver os diversos meios de comunicação da cidade na difusão do processo de planejamento.

Nesse sentido, além das três Audiências Públicas estabelecidas pelo Termo de Referência, os relatórios produzidos pela consultoria serão disponibilizados na Prefeitura Municipal para consulta e sugestões durante o processo de elaboração do plano, assim como poderão ser realizadas reuniões com segmentos específicos da sociedade, se necessário, para o esclarecimento de possíveis dúvidas.

A programação das Audiências Públicas consta de uma parte expositiva, em que a equipe contratada apresentará informações sobre a etapa em andamento do Plano e uma segunda parte, para a realização de dinâmicas de grupo com o objetivo de garantir uma efetiva participação da população.

As dinâmicas de grupo realizadas nas duas primeiras audiências foram diferenciadas segundo o objetivo de cada uma delas:

**1ª Audiência** – objetivo: informativo e de percepção.

- Informar a população do plano, de como será realizado e de como será conduzido o processo participativo;
- A dinâmica de grupo foi realizada com perguntas a serem respondidas sobre a percepção que a população tem sobre seu município; as suas potencialidades e deficiências.



**2ª Audiência** – objetivo: confronto do diagnóstico técnico da equipe com a percepção da população sobre o município; e discussão das diretrizes e propostas preliminares.

**3ª Audiência** , a qual terá como objetivo a discussão da legislação básica municipal, incluindo o processo de planejamento e gestão municipal será realizada após a entrega do Plano.

## **2.1. Equipe Técnica Municipal de Acompanhamento da Elaboração do PDM-C**

Buscando atender as diretrizes da legislação federal e ao mesmo tempo criar no município uma mobilização em torno do plano foi criada a Equipe Técnica de Acompanhamento da Elaboração do PDM-C, formada por técnicos municipais.

A Prefeitura Municipal designou através do Decreto nº 112/2006 de 14 de Novembro de 2006, a Equipe Técnica Municipal para elaboração do Plano Diretor Municipal – PDM-C, encarregada de proporcionar informações, acompanhar os estudos e analisar a pertinência das proposições, assim constituída:

IVONE APARECIDA CORRÊA – Chefe de Gabinete -Coordenadora do PDM

SIRLEI TERESINHA PRATES OKONOSKI – Secretaria Municipal de Educação

SIRLEIDE FÁTIMA MAZURANA COLELA – Secretária Municipal de Saúde

ALCIONE PEREIRA DE MORAES – Secretário Municipal de Esportes

SÉRGIO AUGUSTO DE ONOFRE – Engenheiro Civil

JOSÉ ADIR PIMPÃO SELEME – Secretário Municipal de Agricultura Meio Ambiente, Indústria e Comércio

SILVANE JOURIS – Chefe Departamento de Tributação

VALMOR DE OLIVEIRA CARNEIRO – Chefe Departamento Indústria e Comércio

## **2.2. Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor Municipal de Cantagalo**

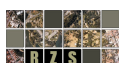
IVONE APARECIDA CORREA - Coordenadora do PDM-C

SUZANA AP. BORELLI

JOÃO VIESBOSKI

FÁTIMA NASCIMENTO

SIRLEIDE MAZZURA COLELA — Secretária Municipal de Saúde







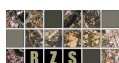
SIRLEI T. PRATES OKONOSKI – Secretária Municipal de Educação  
RONALDO CASTILHO DE MORAES  
ALCIONE PEREIRA DE MORAES – Secretário Municipal de Esportes  
NILZA BERNARDI  
VALMOR CARNEIRO DE OLIVEIRA – Chefe Departamento Indústria e Comércio  
SANDRA MARA WALENDORFF  
NIVALDO LIMA DE OLIVEIRA – Associação Com., Industrial e Agropecuária de Cantagalo  
JULIO S. JUNIOR - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Cantagalo  
MARCIANO ZANROSO – Representantes do Sindicatos dos trabalhadores Rurais  
VITORINO CORADIM - Representantes do Sindicatos dos trabalhadores Rurais  
PADRE JAIR P. DA SILVA – Representante da Igreja Católica  
LUIZ SBARDELOTO - Representante da Igreja Católica  
PASTOR EUCLIDES – Representante da Igreja Evangélica  
ANDERSON VOLET DE MATTOS - Representante da Igreja Evangélica  
CLEODONIR LIMA DOS SANTOS – Representante do Conselho Tutelar  
GILMAR GIACOMINI - Representante do Conselho Tutelar  
JOSCELIA PEDROSO – Representante da Associação de pais e amigos dos excepcionais  
ANDRÉIA PEDROSO - Representante da Associação de pais e amigos dos excepcionais  
LAURI DE OLIVEIRA – Representantes da Associação de Moradores da Vila Caçula  
SOELI GONÇALVES - Representantes da Associação de Moradores da Vila Caçula  
EDÍLSON DE SOUZA BRITO – Representante da Sanepar  
CLEITON RAPHAEL ROSSOLEN – Representante da Associação de amigos de Cantagalo

### **2.3. Primeira Audiência Pública**

A primeira Audiência foi realizada em oito de fevereiro de 2007 estando a ATA deste encontro no Anexo 1.

A abertura foi feita pelo Senhor Prefeito e estavam presentes, além da empresa de consultoria, a Equipe Técnica Municipal, a Comissão de Acompanhamento e membros da comunidade.

Após as apresentações formais e técnicas, que incluiu um vídeo sobre a importância do Plano Diretor, elaborado pelo Ministério das Cidades, deu-se início à parte dinâmica.





Em grupos foram discutidas as perguntas de um questionário envolvendo questões sobre o município, cujos resultados estão apresentados a seguir.

**FIGURTA Nº 2.3.1 – SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA NA PREFEITURA MUNICIPAL**



FONTE: EQUIPE RZS 2007

**FIGURA Nº 2.3.2 – APRESENTAÇÃO À POPULAÇÃO LOCAL**



FONTE: EQUIPE RZS 2007



### 2.3.1. Resultados da Dinâmica de Grupo

Os resultados mais importantes acordados nos grupos foram apresentados em plenária, por um relator. Após os comentários finais e a abertura ao público para opinar, a audiência pública foi encerrada.

Os grupos, divididos em três, trabalharam a partir de três perspectivas: a social, a sócio-espacial e a perspectiva econômica. A partir desta ótica imaginaram a Cidade dos Seus Sonhos, avaliaram os negativos no momento atual e sugeriram melhorias, como pode ser visto no quadro resumo abaixo:

**FIGURA Nº 2.3.3 – DINÂMICAS EM GRUPO**



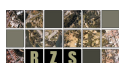
FONTE: EQUIPE RZS 2007

**QUADRO Nº 2.3.1 - RESULTADO DA DINÂMICA DE GRUPO REALIZADA NO DIA 08/02/2007**



GRUPO	CIDADE DOS SEUS SONHOS	PONTOS NEGATIVOS	COMO MELHORAR
SOCIAL	- Educação de qualidade para todos;	- Falta de planejamento familiar e alimentar para as crianças;	- Melhoria da estrutura física de Educação;
	- Justiça Social;	- Assistência deficiente aos moradores da área rural;	- Saúde familiar;
	- Cidadãos capacitados profissionalmente;	- Falta de mão de obra especializada;	- Campanhas sobre segurança;
	- Projetos para iniciação profissional;		- Geração de empregos;
			- Oferta de cursos de qualificação;
			- Aumento de profissionais capacitados;
			- Promoção de Festivais culturais;
SÓCIO-ESPACIAL	- Cidade limpa e bem organizada;	- Vazios urbanos;	- Criação de praças no centro da cidade;
	- Calçadas em bom estado;	- Falta de espaços esportivos;	
	- Saneamento básico para todos;	- Localização das indústrias no centro da cidade;	- Relocação espacial das Indústrias;
	- Arborização urbana;	- Ocupações irregulares;	- Melhorar qualidade da malha viária (transporte da produção);
	- Preservação das nascentes dos rios;	- Desmatamento próximo a nascentes para uso agrícola;	- Recuperação da mata ciliar;
	- Rios sem mata ciliar;		
ECONÔMICO	- Valorização dos produtos cultivados na própria cidade;		- Beneficiamento dos produtos primários originados da própria região;
	- Incentivo a novas indústrias;		- Diversificação do sistema produtivo;
	- Diversificação industrial, comercial e agrícola;		- Reflorestamento;
	- Empresas investindo no município;	- Falta de financiamento agrícola;	- Agricultura familiar;
	- Falta de cooperativas;	- Cooperativas agrícolas;	

FONTE: RZS – DADOS TRABALHADOS PELA EQUIPE RZS 2007





Os resultados mostram, conforme quadro abaixo ainda, uma população satisfeita com as políticas públicas de saúde e segurança no município, mas regular em relação à educação, cultura e esportes.

**QUADRO Nº 2.3.2 - RESULTADO DA DINÂMICA DE GRUPO REALIZADA NO DIA 08/02/2007**

ITEM	SATISFATÓRIO	REGULAR	DEFICIENTE
Saúde do Município			
Educação, Cultura e esportes			
Segurança no Município			

FONTE: RZS – DADOS TRABALHADOS PELA EQUIPE RZS 2007

## 2.4. Pesquisa de Opinião Pública

Após a Primeira Audiência Pública, foram aplicados, pela equipe da Prefeitura, questionários contendo uma série de perguntas com o objetivo de avaliar a percepção da população sobre o município.

Os entrevistados encontram-se distribuídos de acordo com as faixas etárias: menores de 21 anos, de 21 à 40 anos e aqueles entre 40 e 60 anos, cujo grau de escolaridade é quase eqüitativa entre ensino fundamental (63%) e ensino médio (58%).

Deste universo 55% moram em área rural e 50% em área urbana, 67% estão trabalhando e 33% estão desempregados.

Inicialmente foi questionado sobre os cinco problemas mais graves detectados na área urbana obtendo-se como resposta: emprego, saúde, segurança, lugares de encontro, iluminação pública. A questão do lixo e limpeza das ruas ficou em quinto lugar.

Na área rural a condição atual das estradas e a assistência técnica ao produtor, saúde, capacitação do produtor, comercialização e financiamento da produção, nesta ordem, são vistos como questões mais graves.



As áreas mais carentes do Município de Cantagalo, de acordo com a população local, em termos de serviços de infra-estrutura urbana foram apontadas como a Vila Chemim, Realejo, Caçula. Como a melhor área foi apontado, em primeiro lugar, o bairro Centro.

As ruas mais citadas como cruzamentos perigosos foram a BR-277 e a D.Alzira de Abreu, esta relacionada por diversas vezes.

As áreas de encontro e lazer com maior demanda pelos moradores foram as praças (35%), seguidas de parque (30%) e clubes (8%).

O que todos mais gostam em Cantagalo (cerca de 40% dos entrevistados) é a Igreja Matriz; secundariamente, festas e rodeios, seguida pela tranqüilidade da cidade.

Quase unânime, de acordo com opinião dos entrevistados, é que é muito grande a dificuldade em arrumar emprego no Município, mas, por outro lado, cerca de 89% concordam que na área rural é mais fácil.

Em relação à questão ambiental os entrevistados citam o fato das matas ciliares não estarem protegidas, de que o município não tem reservas florestais, apontam poluição atmosférica e dos rios.

Apesar do reconhecimento dos problemas ambientais, as três ações que foram consideradas como mais importantes para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de Cantagalo estão relacionadas à geração de empregos, saúde e educação. Nesse caso, o meio ambiente ficou em último lugar, num total de 12 situações, apesar de haver uma citação em relação à poluição e o lixo.

As ações mais importantes para melhoria da oferta de empregos relacionam-se a um incremento de indústrias, mais investimentos na agricultura e na capacitação.

Os entrevistados acreditam que Cantagalo tem suas potencialidades ocorrentes na agricultura (cerca de 31%), na indústria (21%) e na pecuária (15%) .

Os resultados tabulados do questionário são apresentados em detalhes a seguir.



QUADRO N.º 2.4.1 – IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO: SEXO

Sexo	Número de Citações	%
Feminino	63	58,33
Masculino	45	41,67
Não respondeu	0	0,00
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>100</b>

FONTE: EQUIPE RZS 2007

GRÁFICO N.º 2.4.1 – IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO: SEXO



FONTE: RZS – DADOS TRABALHADOS PELA EQUIPE RZS 2007

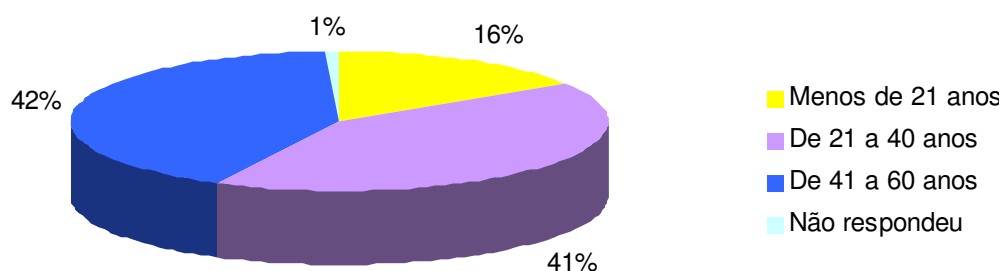


**QUADRO N.º 2.4.2 – IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO: FAIXA ETÁRIA**

Idade	Número de Citações	%
Menos de 21 anos	17	15,74
De 21 a 40 anos	45	41,67
De 41 a 60 anos	45	41,67
Não respondeu	1	0,93
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>100,00</b>

FONTE: EQUIPE RZS 2007

**GRÁFICO N.º 2.4.2 – IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO: FAIXA ETÁRIA**



FONTE: RZS – DADOS TRABALHADOS PELA EQUIPE RZS 2007

**QUADRO N.º 2.4.3 – IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO: ESCOLARIDADE**

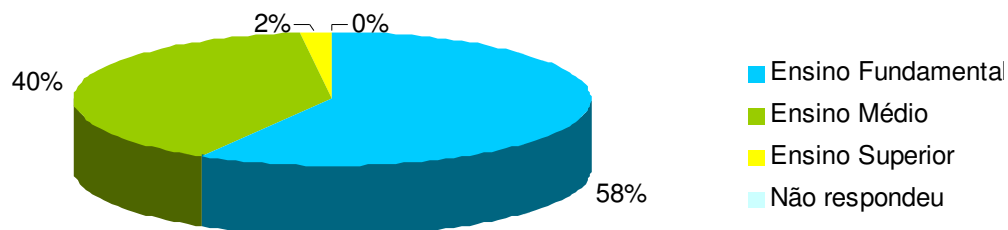
Escolaridade	Número de Citações	%
Ensino Fundamental	63	58,33
Ensino Médio	43	39,81
Ensino Superior	2	1,85
Não respondeu	0	0,00
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>100,00</b>

FONTE: EQUIPE RZS 2007





**GRÁFICO N.º 2.4.3 – IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO: ESCOLARIDADE**



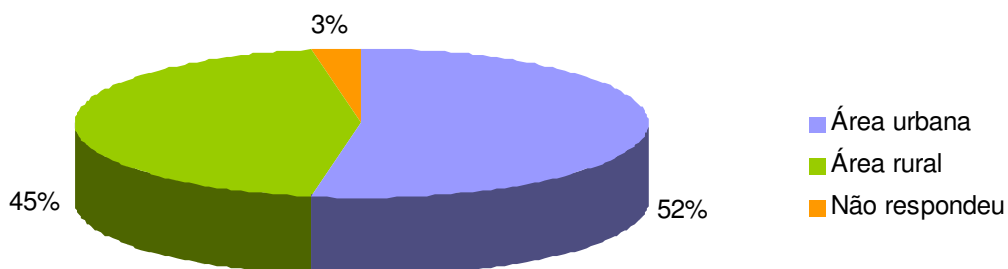
FONTE: RZS – DADOS TRABALHADOS PELA EQUIPE RZS 2007

**QUADRO N.º 2.4.4 – IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO: LOCAL DE RESIDÊNCIA**

Local	Número de Citações	%
Área urbana	59	54,63
Área rural	50	46,30
Não respondeu	3	2,78
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>100,00</b>

FONTE: EQUIPE RZS 2007

**GRÁFICO N.º 2.4.4 – IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO: LOCAL DE RESIDÊNCIA**



FONTE: RZS – DADOS TRABALHADOS PELA EQUIPE RZS 2007

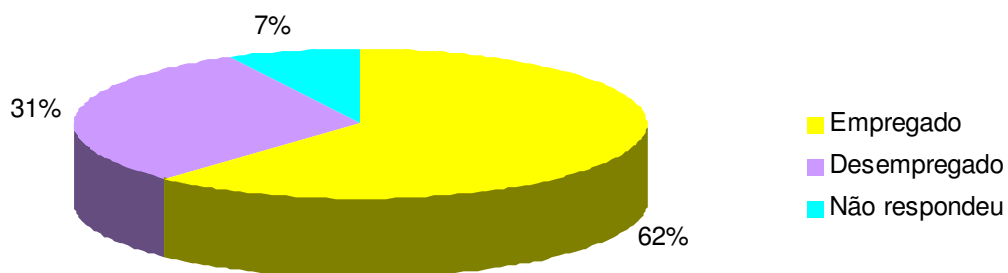


QUADRO N.º 2.4.5 – IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO: TRABALHO

	Número de Citações	%
<b>Empregado</b>	67	62,04
<b>Desempregado</b>	33	30,56
<b>Não respondeu</b>	8	7,41
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>100,00</b>

FONTE: EQUIPE RZS 2007

GRÁFICO N.º 2.4.5 – IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO: TRABALHO



FONTE: RZS – DADOS TRABALHADOS PELA EQUIPE RZS 2007



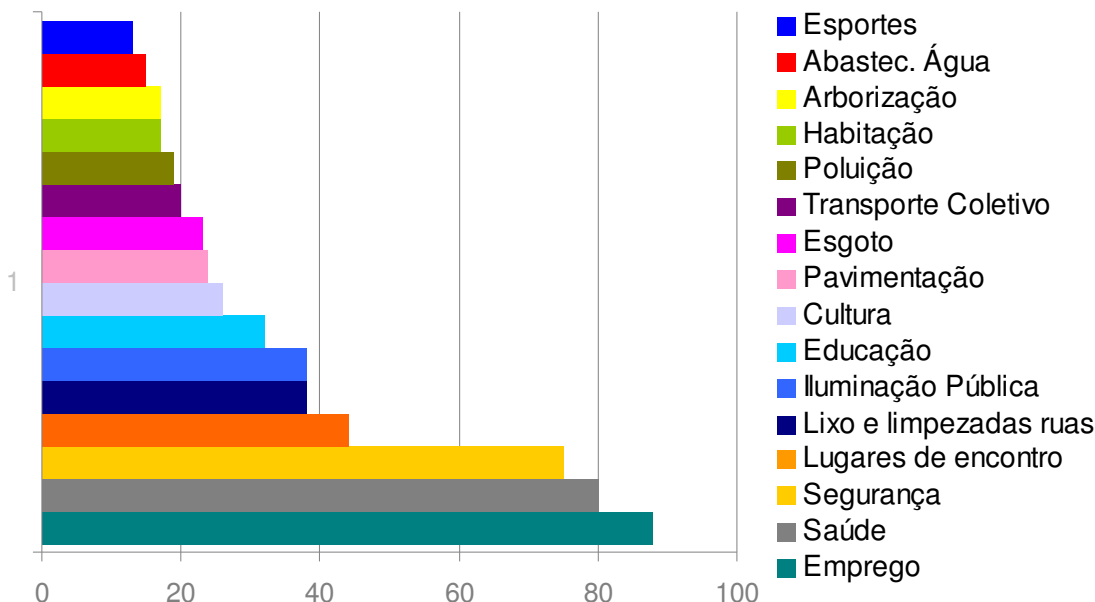
**QUADRO N.º2.4.6 – SELECIONE NA LISTA ABAIXO OS CINCO PROBLEMAS QUE VOCÊ CONSIDERA MAIS GRAVES NA ÁREA URBANA DE SEU MUNICÍPIO.**

<b>Problemas Identificados</b>	<b>Número de Citações</b>	<b>%</b>
<b>Emprego</b>	88	15,47
<b>Saúde</b>	80	14,06
<b>Segurança</b>	75	13,18
<b>Lugares de encontro</b>	44	7,73
<b>Iluminação Pública</b>	38	6,68
<b>Lixo e limpeza das ruas</b>	38	6,68
<b>Educação</b>	32	5,62
<b>Cultura</b>	26	4,57
<b>Pavimentação</b>	24	4,22
<b>Esgoto</b>	23	4,04
<b>Transporte Coletivo</b>	20	3,51
<b>Poluição</b>	19	3,34
<b>Habitação</b>	17	2,99
<b>Arborização</b>	17	2,99
<b>Abastecimento de Água</b>	15	2,64
<b>Esportes</b>	13	2,28

FONTE: EQUIPE RZS 2007



**GRÁFICO N.º 2.4.6** – SELECIONE NA LISTA ABAIXO OS CINCO PROBLEMAS QUE VOCÊ CONSIDERA MAIS GRAVES NA ÁREA URBANA DE SEU MUNICÍPIO.



FONTE: RZS – DADOS TRABALHADOS PELA EQUIPE RZS 2007

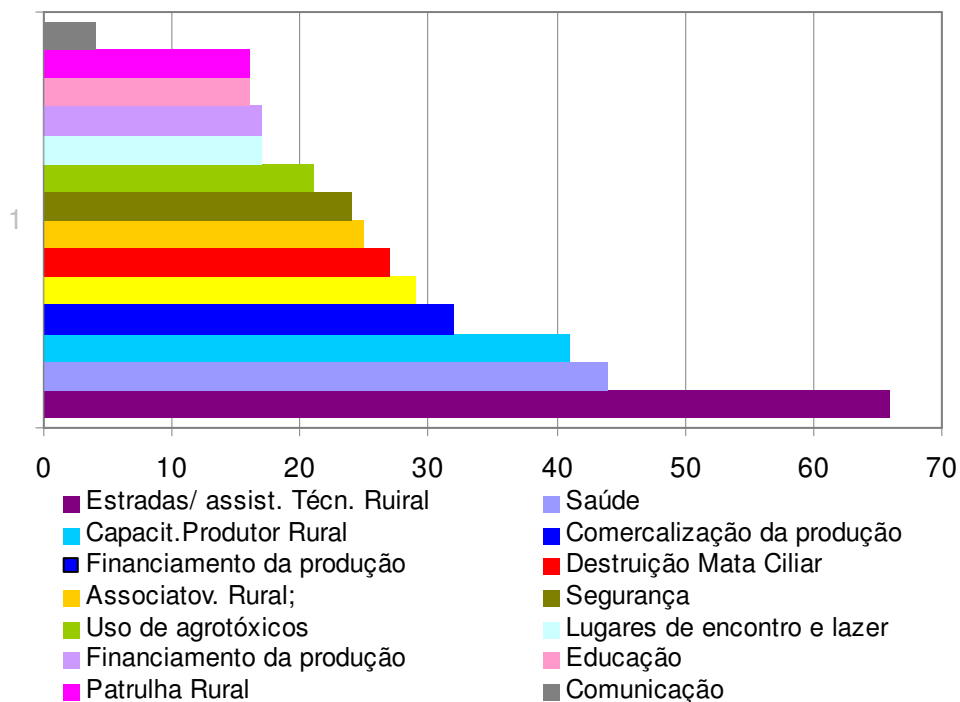
**QUADRO N.º 2.4.7** – SELECIONE NA LISTA ABAIXO OS CINCO PROBLEMAS QUE VOCÊ CONSIDERA MAIS GRAVES NA ÁREA RURAL DE SEU MUNICÍPIO.

Problemas Identificados	Número de Citações	%
Estradas/ Assistência Técnica Rural	66	17,41
Saúde	44	11,61
Capacitação Produtor Rural	41	10,82
Comercialização da produção	32	8,44
Financiamento da produção	29	7,65
Destruição Mata Ciliar	27	7,12
Associativismo Rural	25	6,60
Segurança	24	6,33
Uso de agrotóxicos	21	5,54
Financiamento da produção	17	4,49
Lugares de encontro e lazer	17	4,49
Patrulha Rural	16	4,22
Educação	16	4,22
Comunicação	4	1,06

FONTE: EQUIPE RZS 2007



**GRÁFICO N.º 2.4.7 – CINCO PROBLEMAS MAIS GRAVES NA ÁREA RURAL O MUNICÍPIO**



FONTE: RZS – DADOS TRABALHADOS PELA EQUIPE RZS 2007

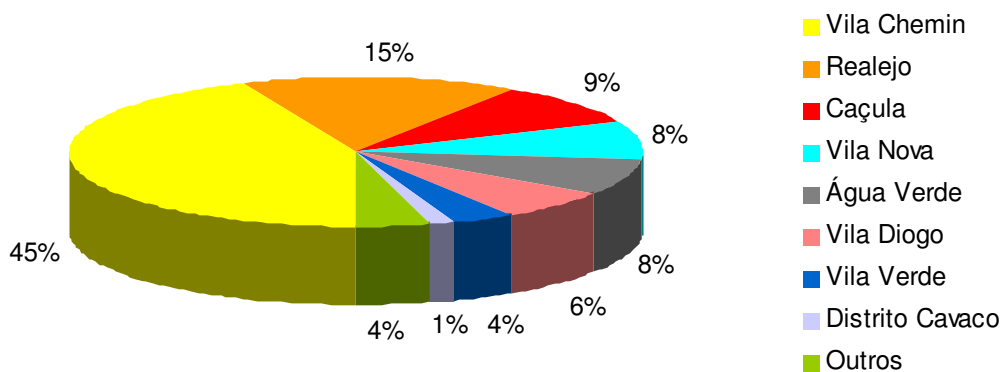
**QUADRO N.º 2.4.8 – QUAL O BAIRRO DE SUA CIDADE QUE VOCÊ CONSIDERA COM PIORES CONDIÇÕES (ÁREAS MAIS CARENTES DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA)?**

Bairros	Número de Citações	%
Vila Chemin	62	43,66
Realejo	22	15,49
Caçula	13	9,15
Vila Nova	12	8,45
Água Verde	11	7,75
Vila Diogo	9	6,34
Outros	6	4,23
Vila Verde	5	3,52
Distrito Cavaco	2	1,41
<b>Total</b>	<b>142</b>	<b>100,00</b>

FONTE: EQUIPE RZS 2007



**GRÁFICO N.º 2.4.8 – QUAL O BAIRRO DE SUA CIDADE QUE VOCÊ CONSIDERA COM PIORES CONDIÇÕES (ÁREAS MAIS CARENTES DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA)?**



FONTE: RZS – DADOS TRABALHADOS PELA EQUIPE RZS 2007

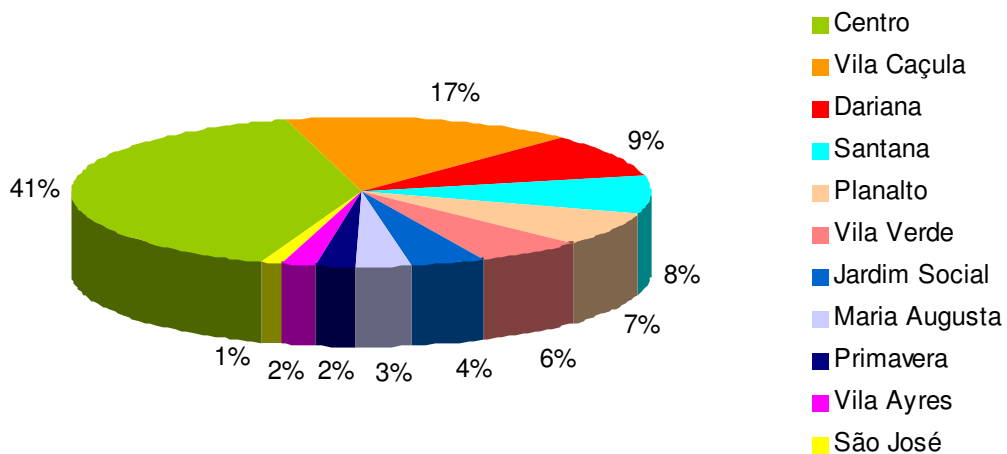
**QUADRO N.º 2.4.9 – QUAL O BAIRRO DE SUA CIDADE QUE VOCÊ CONSIDERA COM MAIS INFRA-ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS?**

Bairros	Número de Citações	%
Centro	39	40,21
Vila Caçula	16	16,49
Dariana	9	9,28
Santana	8	8,25
Planalto	7	7,22
Vila Verde	6	6,19
Jardim Social	4	4,12
Maria Augusta	3	3,09
Primavera	2	2,06
Vila Ayres	2	2,06
São José	1	1,03
<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>100,00</b>

FONTE: EQUIPE RZS 2007



**GRÁFICO N.º 2.4.9 – QUAL O BAIRRO DE SUA CIDADE QUE VOCÊ CONSIDERA COM MAIS INFRA-ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS?**



FONTE: RZS – DADOS TRABALHADOS PELA EQUIPE RZS 2007

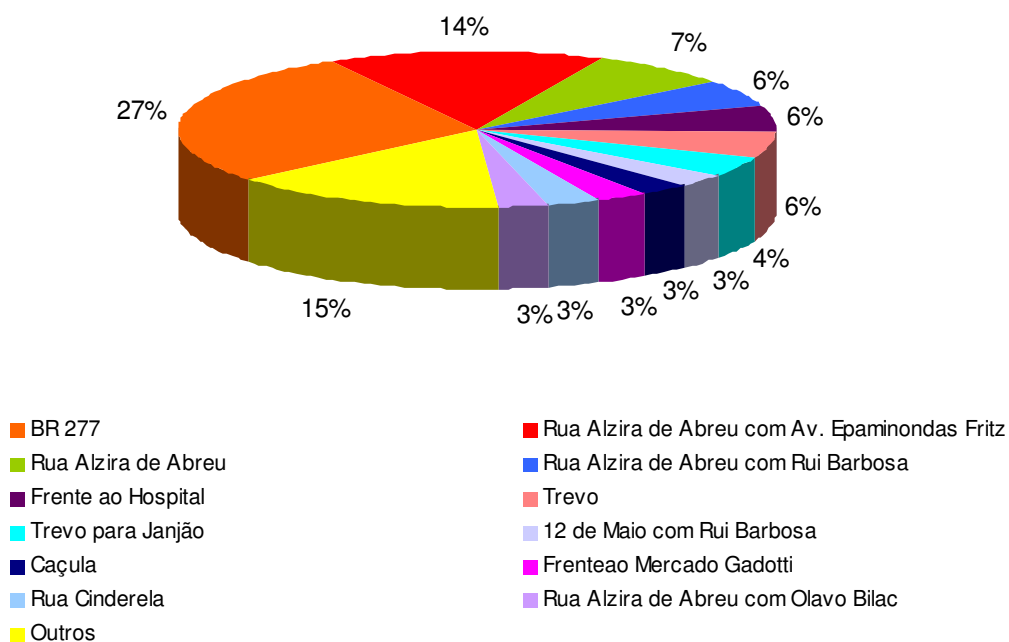


**QUADRO N.º2.4.10 – QUAIS OS CRUZAMENTOS DE RUAS DA SUA CIDADE QUE VOCÊ CONSIDERA MAIS PERIGOSOS?**

Cruzamentos	Número de Citações	%
BR 277	30	28,04
Rua Alzira de Abreu com Av. Epaminondas Fritz	16	14,95
Rua Alzira de Abreu	8	7,48
Rua Alzira de Abreu com Rui Barbosa	6	5,61
Frente ao Hospital	6	5,61
Trevo	6	5,61
Trevo para Janjão	4	3,74
12 de Maio com Rui Barbosa	3	2,80
Caçula	3	2,80
Frente ao Mercado Gadotti	3	2,80
Rua Cinderela	3	2,80
Rua Alzira de Abreu com Olavo Bilac	3	2,80
Outros	16	14,95
<b>Total</b>	<b>107</b>	<b>100,00</b>

FONTE: EQUIPE RZS 2007

**GRÁFICO N.º 2.4.10 – QUAIS OS CRUZAMENTOS DE RUAS DA SUA CIDADE QUE VOCÊ CONSIDERA MAIS PERIGOSOS?**



FONTE: RZS – DADOS TRABALHADOS PELA EQUIPE RZS 2007



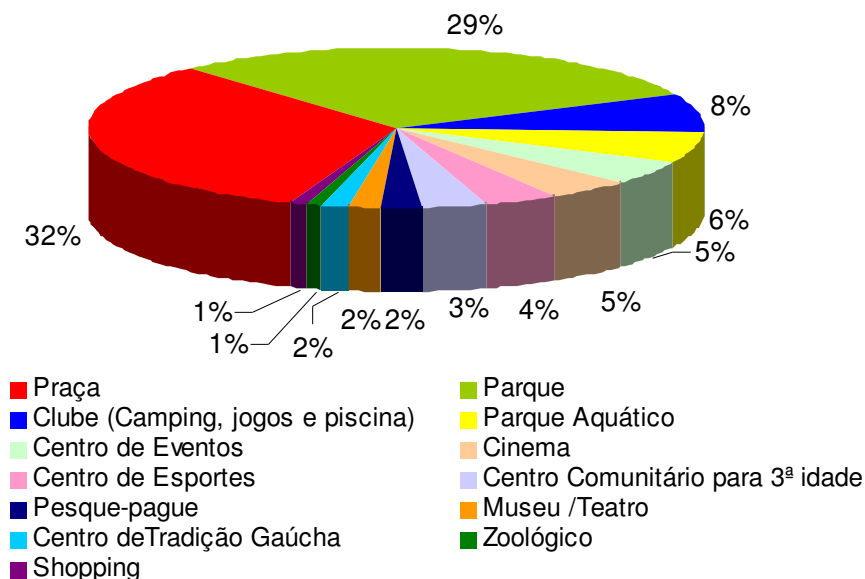


QUADRO N.º 2.4.11 – QUAIS AS ÁREAS DE ENCONTRO E LAZER QUE VOCÊ GOSTARIA QUE EXISTISSEM EM SEU MUNICÍPIO?

Áreas	Número de Citações	%
Praça	42	32,81
Parque	38	29,69
Clube (Camping, jogos e piscina)	10	7,81
Parque Aquático	8	6,25
Centro de Eventos	6	4,69
Cinema	6	4,69
Centro de Esportes	5	3,91
Centro Comunitário para 3ª idade	4	3,13
Pesque-pague	3	2,34
Museu /Teatro	2	1,56
Centro de Tradição Gaúcha	2	1,56
Zoológico	1	0,78
Shopping	1	0,78
<b>Total</b>	<b>128</b>	<b>100,00</b>

FONTE: EQUIPE RZS 2007

GRÁFICO N.º 2.4.11 – QUAIS AS ÁREAS DE ENCONTRO E LAZER QUE VOCÊ GOSTARIA QUE EXISTISSEM EM SEU MUNICÍPIO?



FONTE: RZS – DADOS TRABALHADOS PELA EQUIPE RZS 2007

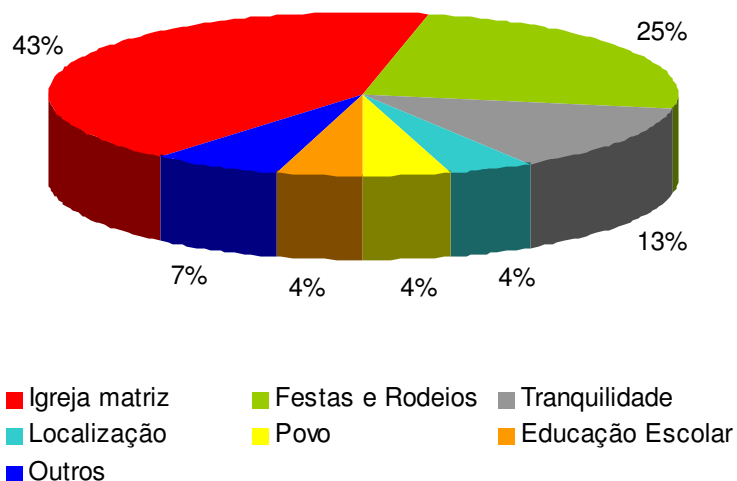


QUADRO N.º 2.4.12 – O QUE VOCÊ MAIS GOSTA EM CANTAGALO?

Opções	Número de Citações	%
Igreja matriz	19	42,22
Festas e Rodeios	11	24,44
Tranqüilidade	6	13,33
Outros	3	6,67
Localização	2	4,44
Povo	2	4,44
Educação Escolar	2	4,44
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>100,00</b>

FONTE: EQUIPE RZS 2007

GRÁFICO N.º 2.4.12 – O QUE VOCÊ MAIS GOSTA EM CANTAGALO?



FONTE: RZS – DADOS TRABALHADOS PELA EQUIPE RZS 2007

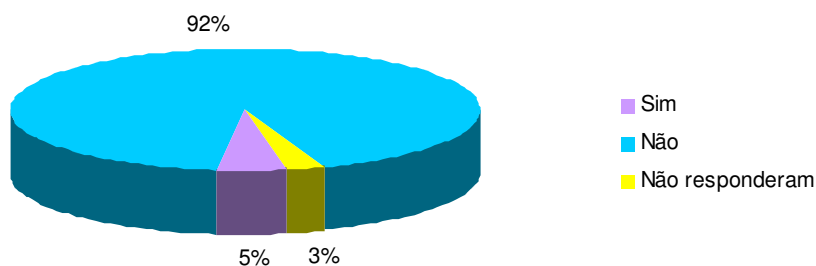


**QUADRO N.º 2.4.13 – VOCÊ ACHA QUE É FÁCIL ARRUMAR TRABALHO EM CANTAGALO?**

Facilidade de arrumar trabalho	Nº de Citações	%
Não	100	92,59
Sim	5	4,63
Não responderam	3	2,78
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>100,00</b>

FONTE: EQUIPE RZS 2007

**GRÁFICO N.º 2.4.13 – VOCÊ ACHA QUE É FÁCIL ARRUMAR TRABALHO EM CANTAGALO?**



FONTE: RZS – DADOS TRABALHADOS PELA EQUIPE RZS 2007

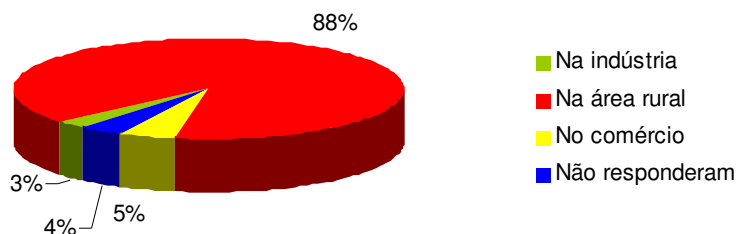
**QUADRO N.º 2.4.14 – ONDE É MAIS FÁCIL?**

Opções	Número de Citações	%
Na área rural	96	88,89
No comércio	5	4,63
Não responderam	4	3,70
Na indústria	3	2,78
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>100,00</b>

FONTE: EQUIPE RZS 2007



GRÁFICO N.º 2.4.14 – ONDE É MAIS FÁCIL?



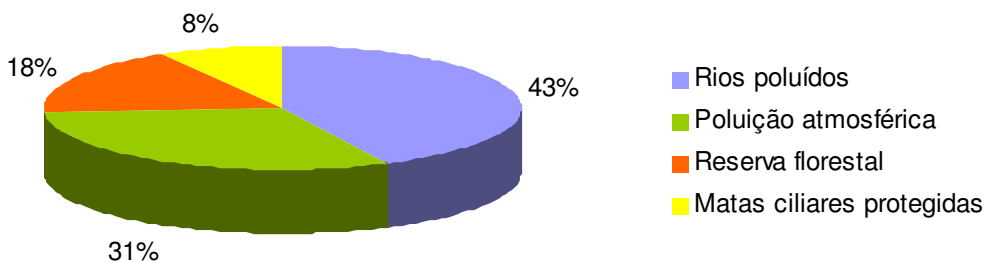
FONTE: RZS – DADOS TRABALHADOS PELA EQUIPE RZS 2007

QUADRO N.º 2.4.15 – COMO VOCÊ VÊ O MEIO-AMBIENTE EM SEU MUNICÍPIO?

	Sim	%	Não	%
Rios poluídos	78	42,86	18	9,52
Poluição atmosférica	56	30,77	32	16,93
Reserva florestal	33	18,13	58	30,69
Matas ciliares protegidas	15	8,24	81	42,86
<b>Total</b>	<b>182</b>	<b>100,00</b>	<b>189</b>	<b>100,00</b>

FONTE: EQUIPE RZS 2007

GRÁFICO N.º 2.4.15 – COMO VOCÊ VÊ O MEIO-AMBIENTE EM SEU MUNICÍPIO?



FONTE: RZS – DADOS TRABALHADOS PELA EQUIPE RZS 2007

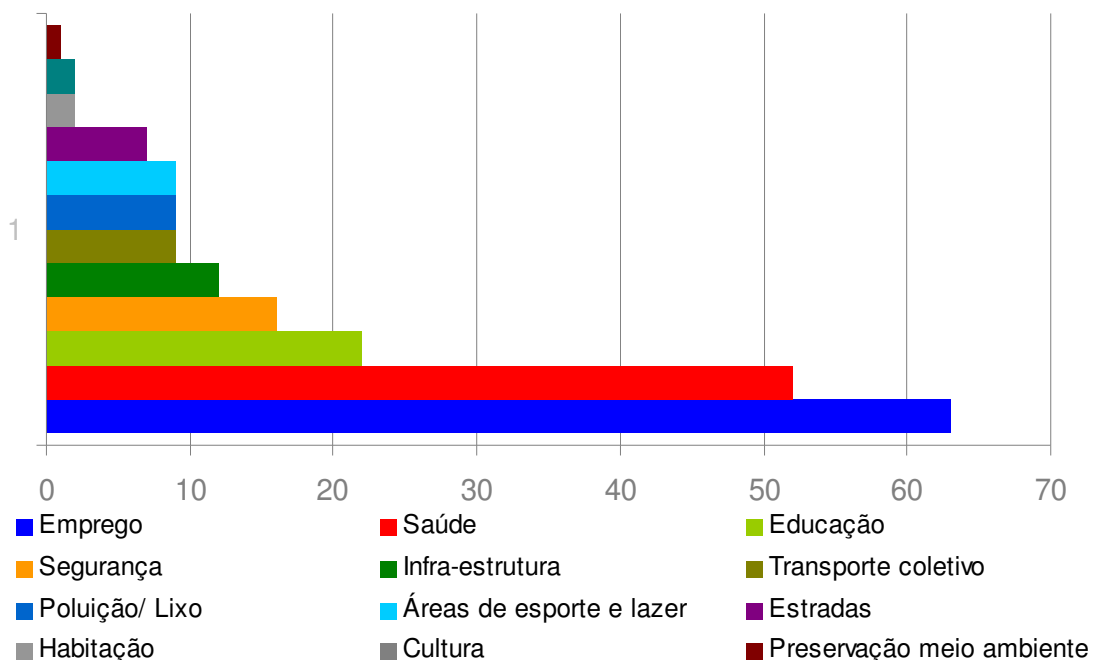


**QUADRO N.º 2.4.16 – CITE AS TRÊS AÇÕES QUE VOCÊ CONSIDERA MAIS IMPORTANTES PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DE CANTAGALO.**

Ações	Número de citações	%
Emprego	63	30,88
Saúde	52	25,49
Educação	22	10,78
Segurança	16	7,84
Infra-estrutura	12	5,88
Áreas de esporte e lazer	9	4,41
Transporte coletivo	9	4,41
Poluição/ Lixo	9	4,41
Estradas	7	3,43
Habitação	2	0,98
Cultura	2	0,98
Preservação meio ambiente	1	0,49
<b>Total</b>	<b>204</b>	<b>100,00</b>

FONTE: EQUIPE RZS 2007

**GRÁFICO N.º 2.4.16 – CITE AS TRÊS AÇÕES QUE VOCÊ CONSIDERA MAIS IMPORTANTES PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DE CANTAGALO.**



FONTE: RZS – DADOS TRABALHADOS PELA EQUIPE RZS 2007

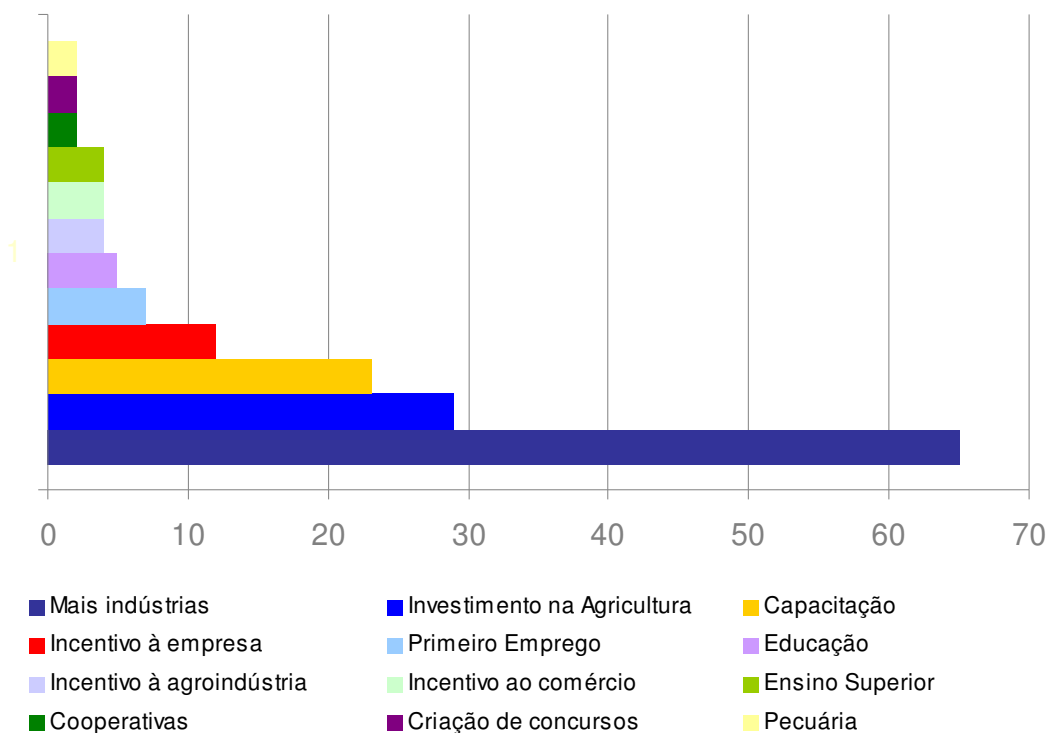


**QUADRO N.º 2.4.17 – CITE AS TRÊS AÇÕES QUE VOCÊ CONSIDERA MAIS IMPORTANTES PARA MELHORAR A OFERTA DE EMPREGOS EM CANTAGALO**

Ações	Número de citações	%
Mais indústrias	65	40,88
Investimento na Agricultura	29	18,24
Capacitação	23	14,47
Incentivo à empresa	12	7,55
Primeiro Emprego	7	4,40
Educação	5	3,14
Incentivo à agroindústria	4	2,52
Incentivo ao comércio	4	2,52
Ensino Superior	4	2,52
Cooperativas	2	1,26
Criação de concursos	2	1,26
Pecuária	2	1,26
Total	159	100,00

FONTE: EQUIPE RZS 2007

**GRÁFICO N.º 2.4.17 – CITE AS TRÊS AÇÕES QUE VOCÊ CONSIDERA MAIS IMPORTANTES PARA MELHORAR A OFERTA DE EMPREGOS EM CANTAGALO**



FONTE: RZS – DADOS TRABALHADOS PELA EQUIPE RZS 2007

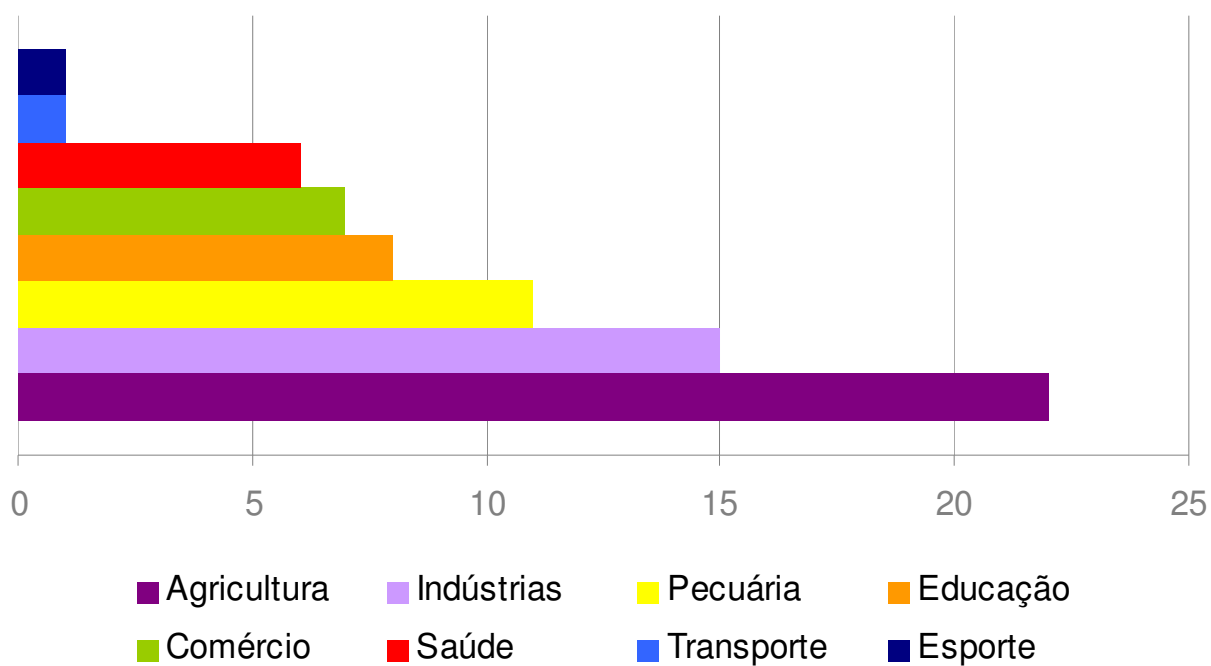


QUADRO N.º 2.4.18 – AS PRINCIPAIS POTENCIALIDADES DE CANTAGALO

Potencialidades	Número de Citações	%
Agricultura	22	30,99
Indústrias	15	21,13
Pecuária	11	15,49
Educação	8	11,27
Comércio	7	9,86
Saúde	6	8,45
Transporte	1	1,41
Esporte	1	1,41
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>100,00</b>

FONTE: EQUIPE RZS 2007

GRÁFICO N.º 2.4.18 – AS PRINCIPAIS POTENCIALIDADES DE CANTAGALO



FONTE: RZS – DADOS TRABALHADOS PELA EQUIPE RZS 2007

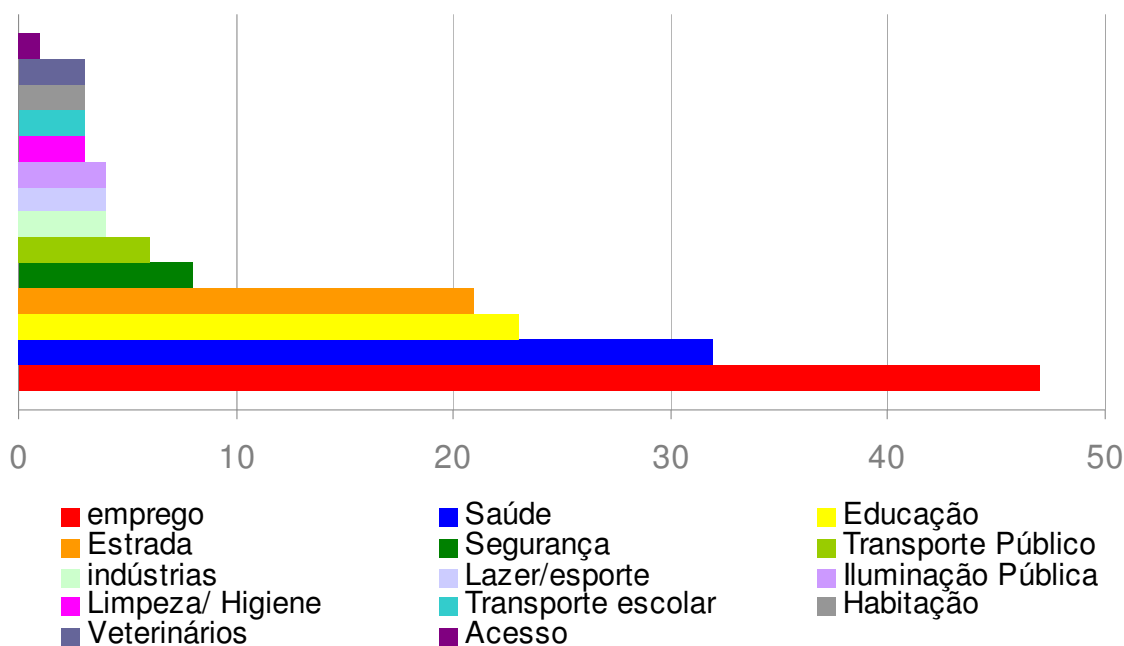


QUADRO N.º 2.4.19 –AS PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS DE CANTAGALO

Principais Deficiências	Número de Citações	%
Emprego	47	29,01
Saúde	32	19,75
Educação	23	14,20
Segurança	8	4,94
Transporte Público	6	3,70
Estrada	21	12,96
Indústrias	4	2,47
Lazer/Esporte	4	2,47
Iluminação Pública	4	2,47
Limpeza/ Higiene	3	1,85
Transporte Escolar	3	1,85
Habitação	3	1,85
Veterinários	3	1,85
Acesso	1	0,62
<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>100,00</b>

FONTE: EQUIPE RZS 2007

GRÁFICO N.º 2.4.18 –AS PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS DE CANTAGALO



FONTE: RZS – DADOS TRABALHADOS PELA EQUIPE RZS 2007